

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARTICIPATIVO EM PORTO SEGURO - BAHIA

Gabriela Mateus de Fontes Silva¹

Marcos Vinícius Santos Lage²

EIXO TEMÁTICO: Saúde Ambiental

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Relato de Experiência

RESUMO

As condições ambientais interferem na qualidade de vida, sendo assim a ausência ou ineficiência dos serviços de saneamento acarreta, além de prejuízos ambientais, em agravos nas condições de saúde da população. O presente estudo objetiva descrever como ocorreu o processo participativo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Porto Seguro – BA. Neste trabalho investigou-se a situação atual do saneamento no município de Porto Seguro, através da análise do processo de elaboração do PMSB, usando um relato de experiência dos autores como forma de apresentação. Nas reuniões das comissões a leitura social feita a partir das oficinas e dados dos questionários foi apresentada e a partir dos problemas gerais identificados em cada eixo temático, foram elaboradas propostas para solucioná-los. As oficinas distribuídas no território do município foram essenciais para identificar os problemas relacionados ao saneamento e as demandas da população considerando as características específicas de cada localidade.

Palavras Chave: Qualidade ambiental; saúde; recursos hídricos; resíduos sólidos; esgoto.

INTRODUÇÃO

As intervenções do saneamento no ambiente passaram a se apoiar na prevenção das doenças apenas em meados do século XX, no fim da década de 50 com a proposta de modelo multicausal de doenças, criado por H. R. Leavell e E. Gurney Clark em 1976. Anos depois a Organização Mundial de Saúde (OMS), introduziu o conceito de Promoção da Saúde, que se tornou o princípio orientador das ações de saúde em todo o mundo (SOUZA et al., 2015).

De acordo com Guimarães, Carvalho e Silva (2007), pode-se classificar saneamento como um conjunto de ações socioeconômicas que tem por finalidade atingir salubridade ambiental, que nesse contexto se caracteriza pelo estado de saúde em que vive a população urbana e rural, sempre promovendo características favoráveis ao gozo da saúde e bem-estar.

Apesar dos esforços, a situação dos serviços de saneamento em alguns municípios brasileiros ainda é caracterizada pela grave deficiência de atendimento. Esse quadro é agravado pela iniquidade de acesso aos serviços públicos de saneamento, como um reflexo estrutural da desigualdade social no país. Ferreira e Cunha (2005), afirmaram que o déficit ainda existente está localizado basicamente nos bolsões de pobreza, ou seja, nas favelas, nas periferias das cidades, na zona rural e no interior.

¹ Mestranda no PPGCTA da UFSB - Campus Sosígenes Costa. gabrielamfontes@yahoo.com.br

² Mestrando no PPGCTA da UFSB - Campus Sosígenes Costa. vinilage@hotmail.com

Nesse contexto, de acordo com Fernandes, Brustolin e Neto (2016), tornam-se urgentes e necessárias a formulação de política de saneamento e a elaboração de instrumento de planejamento no nível municipal e local, visando reduzir a elevada desigualdade social, como proposto pela Lei Federal Nº 11.445.

O presente estudo objetiva descrever como ocorreu o processo participativo de elaboração do PMSB do município de Porto Seguro – BA, elencando atores, dados históricos, experiências, métodos e marcos na implantação.

METODOLOGIA

O presente trabalho investigou a situação atual do saneamento no município de Porto Seguro, através da análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, através de um relato de experiência dos autores. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados dados de origem primária e secundária. O relato de experiência é eminentemente qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Porto Seguro, fica localizada na região Extremo Sul do Estado da Bahia, possui um território de 2.287,085 km², tem como principal atividade econômica o Turismo, de acordo com o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Porto Seguro era composta por 126.929 pessoas em 2010 e densidade demográfica de 52,70 hab/km²; a estimativa populacional do IBGE para 2017 era de 149.324 pessoas (IBGE, 2010).

De acordo com a apresentação da Agenda e Plano de Trabalho para a elaboração do PMSB, iniciou-se, no final de 2014, o processo com a criação do Colegiado para Controle Social e dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, e a criação das Comissões de Execução e de Acompanhamento, publicado em decreto em meados de 2015. No ano seguinte, por meio de um edital, foi contratada uma empresa responsável pelo Diagnóstico Técnico para Elaboração do PMSB.

O Diagnóstico Técnico do PMSB foi feito de duas formas: levantamento primário e secundário. Foram levantados dados do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), Agência Nacional das Águas (ANA), e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), empresa que fornece água para o Município, seguido de visita de

campo na qual a equipe percorreu todas as unidades, distritos e povoados para fazer o levantamento da situação local.

O Diagnóstico Social foi elaborado a partir das oficinas onde eles apresentaram o diagnóstico técnico e perguntaram o que mais a população local gostaria de acrescentar. A partir da leitura técnica e leitura social, obteve-se o Diagnóstico Técnico-Social, que deu base para a elaboração do prognóstico que envolvia os Programas, Projetos e Ações, com ações a curto, médio e longo prazo, que foram apresentados e votados pela população durante a realização da Conferência Municipal de Saneamento Básico no início de 2018.

Este diagnóstico foi apresentado em audiência pública em meados de 2017, quando foram apresentados também os instrumentos de participação e a metodologia. Nesse evento, as comissões foram atualizadas, compostas por representantes de associações, poder público, empresas e instituições de pesquisa, que se voluntariaram ou foram indicados no momento da audiência. As comissões foram formadas por membros representantes do poder público, da Sociedade Civil, do Setor de Comércio e Serviços, da Universidade Federal do Sul da Bahia e da EMBASA, empresa de serviços de água e esgoto que atua no município.

Neste momento, a legitimidade dos representantes do Poder Público, dos usuários dos serviços, e da Sociedade Civil é extremamente importante para garantir a representatividade dos diversos interesses envolvidos. Também é importante considerar a abrangência geográfica, visto que o município possui particularidades entre os distritos e zona rural.

A partir das equipes formadas pelas comissões e técnicos, foi realizada a etapa de mobilização social, através de Oficinas de Sensibilização e diagnóstico Sócio Participativo, onde foi apresentado o conceito de Saneamento, buscando debater as questões relacionadas a cada eixo temático e levantar os principais problemas. Inicialmente marcadas para ocorrer em Porto Seguro (Centro), Arraial d'Ajuda, Trancoso, Caraíva, Pindorama e Vera Cruz.

A oficina que ocorreria na Câmara Municipal dos Vereadores, localizada na área mais central do município, e abrangeria a população residente nos bairros mais centrais e na orla norte não obteve quórum e foi cancelada, sendo remarcada no bairro "Baianão", o que foi positivo do ponto de vista da representação, visto que nesta localidade há uma maior concentração populacional. Ainda, durante as oficinas, foi identificada pelas comissões e participantes a necessidade de realizar uma oficina no distrito de Vale Verde, zona rural.

As oficinas ocorreram em sete localidades distribuídas no município. Paralelamente às oficinas foram aplicados 1600 questionários (1% da população) pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com perguntas relativas à qualidade e acesso ao saneamento nas residências:

destinação do lixo e do esgoto, presença de lixo e esgoto a céu aberto nas proximidades, fonte de água utilizada, ocorrência de doenças, etc. A partir das respostas aos questionários foi feita uma leitura social identificando os problemas mais comuns relatados referentes a cada tema:

- a) Água: 76% dos entrevistados disseram utilizar água da rede pública e 38% dos entrevistados afirmaram ter problemas com a água que utilizam, principalmente falta d'água, sujeira e cor.
- b) Esgoto: 44% dos entrevistados ainda disseram sentir cheiro de esgoto nas ruas onde moram.
- c) Limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos: 97% dos entrevistados disseram ter o lixo coletado, porém problemas como a ausência de coleta de lixo nas praias, a falta de incentivo à coleta seletiva, reciclagem e compostagem e a grande quantidade de locais de acúmulo de lixo foram relatados em todas as oficinas.
- d) Drenagem e Manejo das águas Pluviais: 44% disseram sofrer com ruas alagadas nos períodos de chuva.

Nas reuniões das comissões a leitura social feita a partir das oficinas e dados dos questionários foi apresentada e a partir dos problemas gerais identificados em cada eixo temático, foram elaboradas as propostas para solucioná-los. Através da avaliação da gravidade de cada problema, a urgência em solucioná-lo e tendência que o mesmo se agrave com o tempo, foram pontuadas as ações prioritárias para cada problema geral utilizando a ferramenta empresarial conhecida como matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

Os assuntos abordados nas oficinas não se limitaram aos eixos básicos (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana), em vários momentos, ficou clara a preocupação da população com a qualidade ambiental, mostrando que as oficinas também funcionam como uma ferramenta de educação ambiental e mobilização social.

Na maioria das oficinas houve bastante interesse popular, porém ainda é importante reforçar a participação mais efetiva das camadas mais populares, que na maioria das vezes não se sente motivada a participar destes eventos. Um aspecto negativo foi a ausência da população Indígena nas reuniões, destacando o seu recorte social. A participação dos mesmos seria de total relevância para apontar os problemas enfrentados pelo grupo, que pode ter aspirações, necessidades e vulnerabilidades sócio-ambientais bem mais específicas.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Seguro foi apresentado em audiência pública no dia 01 de Fevereiro de 2018 e atualmente encontra-se em fase de revisão para publicação no Diário Oficial.

CONCLUSÃO

Distribuídas no território do município, as oficinas foram essenciais para identificar os problemas relacionados ao saneamento e as demandas da população considerando as características específicas de cada localidade. A composição das comissões foi fundamental para assegurar a representatividade da sociedade civil no processo.

A efetiva implantação das ações definidas pelo PMSB na busca pela universalização do acesso às ações de saneamento pressupõe a superação de uma série de entraves sociais, políticos e gerenciais, bem como garantem a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal e altera o Art. da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>>. Acesso em: 15/05/2018.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: 15/05/2018.

BRASIL. Decreto nº 9.254, de 29 de dezembro de 2017. Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9254.htm>. Acesso em: 15/05/2018.

FERNANDES, J. V. S.; BRUSTOLIN, C.; NETO, A. A. D. Proposição de um estudo de diagnóstico das condições sanitárias, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos da comunidade quilombola de Santa Maria dos Pretos de Itapecuru Mirim – MA. Itapecuru Mirim – MA, 2016.

FERREIRA, A. P.; CUNHA, C. L. N. Implicações e perspectivas da sustentabilidade ambiental no abastecimento e na qualidade da água urbana. Rev. Panam. Salud Publ. 2005; 18(2):93-9.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. Saneamento básico. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PAS – Pesquisa Anual de Serviços, 2010. [online] Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SOUZA, C. M. N.; COSTA, A. M.; MORAES, L. R. S.; et al. Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.